



Outros dados já revelavam que há mais jovens a desistir de um projecto que passe pelo ensino superior

## O que leva os jovens a quererem ficar só com o 12.º ano e a não irem para a universidade?

**Ensino**  
Maria João Lopes

**Barómetro EPIS Educação 2014 mostra ainda que hábitos de leitura em casa têm diminuído. Chumbos também preocupam**

A percentagem de estudantes que dizem querer ficar só com o 12.º ano, abdicando da formação superior, está a aumentar. Os resultados do 4.º Barómetro Educação em Portugal 2014, realizado pela EPIS – Empresários pela Inclusão Social, mostram que os jovens estão a acreditar menos nos estudos académicos e têm “uma percepção errada” sobre quem são as principais “vítimas do desemprego”, as pessoas com menos qualificações, alerta o presidente da associação, Luís Palha da Silva. Mas a falta de dinheiro das famílias também não será alheia à tendência.

As entrevistas directas a 2192 alunos do 3.º ciclo de vários pontos do país, no ano lectivo 2013/14, revelaram que 54,5% dos alunos querem ir para a universidade; 39,5% querem ficar com o 12.º – a escolaridade obrigatória – e 6% apenas pretendem concluir o 9.º ano.

“Estas conclusões lançam um sério alerta sobre a correlação entre

desemprego e baixa formação escolar. Quando alunos e pais optam pelo 12.º ano, em detrimento de um curso superior, estão a aumentar a probabilidade de cair no desemprego”, defende o presidente da EPIS, em comunicado. Contactado pelo PÚBLICO, o secretário-geral, Diogo Simões Pereira, admite que há outra razão: “A crise coloca um espartilho económico nas famílias.” E também reconhece que os baixos salários e a precariedade contribuem para a ideia de que o investimento nos estudos não compensa. Sublinhando, porém, que “compensa”, insiste que é preciso contrariar esta perspectiva: “Estes dados significam que a juventude está a perder a esperança”, diz, realçando o facto de os inquiridos terem, na maioria, entre 12 e 15 anos.

**Novas formas de informação**  
Esta tendência vai ao encontro de dados já conhecidos: este ano, 56% dos alunos que se inscreveram nos exames nacionais do ensino secundário pretendiam ingressar numa universidade ou politécnico. Em 2012, eram 61%. Já segundo o Barómetro, em 2013/2014, 54,5% dos alunos tinham como meta a formação universitária, o que representa uma quebra de 9 pontos percentuais face aos 63,5% do ano anterior. A mesma tendência caracteriza as expectativas das famílias. As respostas à pergunta “Até que ano de

escolaridade achas que os teus pais gostariam que tu estudasses?” mostram que, em 2012, 78,3% gostariam que os filhos tirassem um curso superior; em 2013, 69,5. Quanto aos alunos que só querem ficar com o 12.º, a percentagem de 39,5 representa uma subida de 6,9 pontos percentuais em relação aos 32,6 do ano anterior. No 9.º, o cenário repete-se: era a meta para 3,9% em 2012; em 2013, aumenta para 6%.

As reprovações também preocupam a associação. No 7.º ano, 21,6% dos alunos já reprovaram uma vez; 6,4% mais do que uma, não de forma consecutiva, e 6,5% mais do que uma, de forma consecutiva. Para Palha da Silva, existe, desde 2011, “um padrão de insucesso que aponta para a necessidade urgente de correcção do desenho do 1.º e 2.º ciclos”: “A aposta no sucesso escolar deve ser feita logo no 1.º ciclo e não deixar que o problema se arraste até ao 3.º ciclo, onde a intervenção é apenas correctiva e insuficiente.”

Os hábitos de leitura em casa também têm vindo a diminuir. À pergunta “É habitual em casa lerem-se livros, jornais, revistas?”, 50,7% responderam que sim – em 2007, a percentagem era 65,5%. A EPIS alerta para a possibilidade de as famílias poderem estar a “migrar para outras formas de informação e entretenimento cultural”, como a Internet e televisão.

## Avaliação de professores vai ser feita de novo em clima de greve

**Educação**  
Clara Viana

**Para a Federação Nacional de Professores, a prova de exame, obrigatória para contratados, é “abjecta”**

A Federação Nacional de Professores (Fenprof), em conjunto com outras seis organizações sindicais de docentes, entregou ontem um pré-aviso de greve conjunto para o próximo dia 19, data em que se realiza uma nova edição da chamada Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC), destinada a todos os professores contratados com menos de cinco anos de serviço.

À semelhança do que aconteceu no ano passado, a Federação Nacional da Educação (FNE), afecta à UGT, não subscreve o pré-aviso de greve. Na primeira edição da PACC, em Dezembro passado, a FNE tinha abandonado os protestos agendados, e que incluíram também uma greve convocada pela Fenprof, depois de o Ministério da Educação ter aceitado dispensar da sua realização todos os professores com cinco ou mais anos de serviço e classificação não inferior a Bom na sua avaliação de desempenho.

Numa nota enviada ontem à comunicação social, a Fenprof classifica a PACC como “abjecta”, descrevendo-a como “uma praxe injustificável a que o Ministério da Educação e Ciência continua a querer submeter os docentes e a profissão”. A realização da PACC está prevista desde 2007, mas só foi posta em prática no ano passado.

Para a tutela, esta prova visa “comprovar” se os docentes contra-

tados têm “conhecimentos e capacidades fundamentais e transversais para leccionar”.

Só poderão concorrer nos concursos anuais para a colocação de contratados, os docentes que tenham realizado esta prova e tido positiva. Por causa da PACC, ficaram de fora dos concursos deste ano cerca de oito mil professores.

A Fenprof diz que se trata de “um repugnante acto de revanchismo”, lembrando a propósito a posição divulgada no mês passado pelo provedor de Justiça, Faria da Costa, que, numa exposição dirigida a Nuno Crato, considera que a exclusão daqueles docentes “fere o princípio da segurança jurídica, inerente à ideia de Estado de Direito”. Faria da Costa justifica a sua crítica, lembrando que a aprovação na prova “não era exigível no momento em que foi aberto o concurso” de colocação para o ano 2014/2015.

Na sequência dos boicotes que marcaram a primeira edição da prova, em Dezembro passado, e para a qual se tinham inscrito 13.551 docentes, o MEC optou por marcar uma segunda data para a realização da PACC, em Julho, tendo-a marcado com apenas cinco dias de antecedência, o que inviabilizou a marcação de uma nova greve. Ficaram aprovados 8747 candidatos, com uma média de 63,3 pontos numa escala de 0 a 100. Só 37% dos docentes examinados conseguiram não dar erros na redacção que lhes foi pedida.

Por estrear ficou a segunda componente da prova, que visa testar os conhecimentos específicos dos professores para leccionar as disciplinas a que concorrem. O MEC já anunciou que os docentes serão testados nesta componente específica a partir de 1 de Fevereiro próximo.



Fenprof classifica prova como “uma praxe injustificável”